

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ISADORA VELHO BARCELOS SIEPMANN

***ACCOUNTABILITY* COMO ESTRATÉGIA NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS**

CRICIÚMA

2025

ISADORA VELHO BARCELOS SIEPMANN

***ACCOUNTABILITY* COMO ESTRATÉGIA NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Tramontin
Castanha

CRICIÚMA

2025

ISADORA VELHO BARCELOS SIEPMANN

**ACCOUNTABILITY COMO ESTRATÉGIA NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO
TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social

Criciúma, xx dede 202x. (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Eduardo Tramontin Castanha - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Fulano de Tal -Titulação - (Instituição)

Prof. Fulano de Tal -Titulação - (Instituição)

Dedico ao meu Deus, ao meu marido e aos meus pais, que sonharam comigo este momento e sempre estiveram ao meu lado, torcendo por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, por me amar e transformar a minha vida, concedendo-me a honra de poder conhecê-Lo.

Agradeço ao meu amado marido, Gabriel, por ser meu companheiro de vida e suporte, por acreditar em mim até que eu aprendesse a fazer o mesmo.

Agradeço aos meus amados pais, Moair e Zulma, por serem os meus maiores exemplos de vida, sempre me conduzindo pelo caminho da verdade e mostrando que o verdadeiro amor é incondicional.

Agradeço aos meus irmãos próximos por demonstrarem carinho e amor por mim.

Agradeço às minhas queridas colegas Maria Eduarda e Bianca por tornarem a jornada acadêmica mais leve, compartilhando risadas, abraços e dificuldades.

Agradeço ao meu professor orientador, Eduardo Tramontin Castanha, por confiar em mim e em meu trabalho, lidando com paciência e compartilhando sua experiência comigo.

Agradeço aos meus colegas de trabalho por tanto me ajudarem na caminhada acadêmica.

E agradeço a todos que fizeram parte dessa jornada. Muito obrigada!

“Social sector organizations have to be better managed than for profit organizations ... because they have no margin of error.”

[“As organizações do setor social precisam ser melhor geridas do que as organizações com fins lucrativos... porque não têm margem para erro.”]

Frances Hesselbein

ACCOUNTABILITY COMO ESTRATÉGIA NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Isadora Velho Barcelos Siepmann¹

Eduardo Tramontin Castanha²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da *accountability* como instrumento de captação de recursos para organizações do terceiro setor. O estudo caracteriza-se como descritivo e qualitativo, e foi realizado mediante entrevistas semiestruturadas com dois gestores e dois doadores de instituições. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados obtidos demonstraram que a prática efetiva da *accountability* é necessária para que o relacionamento de instituições para com doadores seja estável e duradouro. Como a oportunidade para captação de recursos é ampliada. Também foi observado que o uso das redes sociais, eventos e reuniões para a prestação de contas, são formas eficazes de fortalecer os vínculos das partes relacionadas. Em contrapartida, foram identificadas barreiras para a *accountability* e a captação nas instituições entrevistadas, como a escassez de profissionais qualificados e o preconceito social enraizado. Por fim, concluiu-se que o fortalecimento da *accountability* influencia diretamente na credibilidade de instituições para com a sociedade, na fidelização de doadores e na valorização social, impactando assim a captação de recursos.

PALAVRAS – CHAVE: *Accountability*. Transparência. Captação de recursos. Terceiro Setor.

ÁREA TEMÁTICA: Tema 02 - Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social

1 INTRODUÇÃO

Os sentimentos humanitários, em suas múltiplas formas e objetivos, sempre estiveram voltados para o apoio aos mais necessitados, sem visar qualquer tipo de lucro, contribuindo diretamente ao crescimento social e econômico da população, além de fortalecer os princípios democráticos (Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor, 2015). As entidades sem fins lucrativos possuem pontos em comum que contrapõem feitos de governos e estados, pois dão ênfase no voluntariado e não buscam lucros, sendo o terceiro setor caracterizado por sua atividade filantrópica, busca por melhorias sociais e ações em prol dos menos favorecidos (Abreu, 2010; Ferreira, 2005).

As organizações da sociedade civil, por atuarem em prol de um interesse público, agem e captam recursos em nome de uma causa pública (Szazi, 2005). Por

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Titulação (Especialista/Mestre/Doutor), UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

isso, mesmo o terceiro setor, com seus ideais humanizados, detém-se de normas e diretrizes contábeis, tributárias, trabalhistas e societárias. A Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, conhecida como a Lei das OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), apresenta qualificação jurídica para entidades privadas atuantes no setor público sem fins lucrativos que podem ser financiadas pelo Estado ou por iniciativas privadas.

O diferencial de ONGs (Organizações Não Governamentais) é sua credibilidade, que é vital para a manutenção de suas relações, imagem e sustentabilidade (Szazi, 2005). A confiança do público em tais Instituições provém de seu desempenho, sendo a prestação de contas um elemento essencial para a administração da entidade (Ashoka, 2001).

A importância deste setor gerou insatisfação entre aqueles que o veem como uma ameaça à estabilidade do sistema, pois os agentes do terceiro setor têm exposto questões e desafios da sociedade atual (De Almeida, 2017). Mesmo com seu conceito e práticas certamente estruturadas judicial, social e contabilmente, devido a escândalos e corrupções expostas, a confiabilidade de possíveis e efetivos voluntários e doadores, seja pessoa física ou jurídica, é enfraquecida (Da Silva Brito, 2014).

O terceiro setor deve ser analisado e estruturado numa perspectiva de valorização e autonomia do ser humano e do cidadão, sem reduzi-los à condição de consumidores, clientes, metas ou objetivos a serem alcançados (Tenório, 1999), porém com situações passadas e atuais, as instituições do terceiro setor que estão compatíveis ao que lhes é imposto legalmente, carregam um fardo e um desprazer pelos quais estão imoral e ilegalmente atuando. Conseqüentemente, seus fundos e recursos financeiros, que custeiam seus programas e ideais, perdem força (Dall’Agnol *et al.* 2017).

Diante disso, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: qual o papel da *accountability* para a captação de recursos para organizações do terceiro setor? Para isso, o objetivo geral do estudo consiste em analisar o papel da *accountability* como instrumento de captação de recursos para organizações do terceiro setor. Para alcançar o objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: i) Identificar as práticas utilizadas por duas instituições beneficentes para demonstrar transparência das demonstrações contábeis; ii) Analisar a percepção de gestores e doadores sobre a interface entre *accountability* e a captação de recursos financeiros em instituições beneficentes; iii) Avaliar a convergência entre *accountability* e a confiança de investidores e doadores das organizações investigadas.

O debate acadêmico e conceitual do terceiro setor é muito recente, sobretudo em países emergentes (De Albuquerque, 2006). Logo, a justificativa teórica do estudo consiste no fato de que o Terceiro Setor se encontra em expansão no Brasil, sendo necessários estudos e pesquisas que analisem essas nuances. Do ponto de vista prático, a *accountability* pode ser entendida como um mecanismo contínuo de análise e atribuição de responsabilidades aos agentes públicos (Rocha, 2011), portanto o estudo oportuniza uma compreensão do papel da *accountability* para captação de recursos de instituições do terceiro setor. Por fim, do ponto de vista social, busca-se orientar organizações de caráter público-social, que visam o bem-estar da sociedade, formas eficientes de captar recursos por meio da *accountability* (Santos, 2023).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

As organizações podem ser classificadas em três diferentes setores, os quais são: i) Primeiro setor, composto pelo governo, que visa questões políticas e sociais, financiado primeiramente por impostos; ii) Segundo setor, composto por empresas privadas com fins lucrativos; iii) Terceiro setor, composto por organizações não-governamentais sem fins lucrativos, com foco em promover a cidadania, filantropia e causas públicas (De Albuquerque, 2006).

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), integrantes do Terceiro Setor, foram regulamentadas no Brasil pela Lei nº 9.790, de 1999, que estabelece que as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido legalmente constituídas e tenham operado de maneira regular por, no mínimo, três anos, podem ser reconhecidas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que seus objetivos sociais e disposições estatutárias estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos por esta Lei (Brasil, 1999).

O artigo 3º da Lei nº 9.790/1999 especifica as finalidades que permitem o reconhecimento de uma entidade como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), entre as quais estão: a promoção da assistência social, da cultura, da educação, da saúde, do voluntariado, da paz, dos direitos humanos e da liberdade de crença, entre outras (Brasil, 1999).

O Terceiro Setor é concebido como resultado da interseção entre os objetivos do primeiro setor e as práticas operacionais do segundo setor, sendo formado por entidades de caráter privado e sem fins lucrativos, cuja missão é promover benefícios à sociedade sem vínculo governamental (Cardoso, 2010). Tem-se que as instituições citadas, surgiram para preencher a lacuna do estado para o mercado, onde ficou-se a desejar questões filantrópicas e assistenciais (Fontana, 2021).

2.2 CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

Mesmo não possuindo capital social, no Brasil, juntamente com as organizações com fins lucrativos, o Terceiro Setor é regido contabilmente pela Lei 6.404/1976, das SA's (Sociedades Anônimas), (Markioni, 2022). Em virtude da utilização de recursos para sua operação, sua contabilidade é baseada em seus princípios e conceitos legais, e utiliza, por intermédio preciso, funções que darão a essas organizações fidedignidade e confiabilidade, maximizando a arrecadação de recursos, desse modo, indivíduos de diferentes segmentos sociais (De Albuquerque, 2006).

A NBC TE – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS (2010) possui como objetivo estabelecer diretrizes e métodos específicos para a mensuração e o reconhecimento dos elementos patrimoniais e suas respectivas variações, para a organização e apresentação das demonstrações contábeis, bem como para a definição dos conteúdos mínimos a serem evidenciados nas notas explicativas, no contexto de entidades sem finalidade lucrativa. Nele são esclarecidos pontos contábeis necessários às organizações do Terceiro Setor no Brasil.

Em seguinte, também é regido pelo ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS, no qual são definidos parâmetros e métodos próprios para a mensuração e o registro das transações e alterações no patrimônio, a formatação das demonstrações contábeis, bem como os dados essenciais que devem ser

apresentados nas notas explicativas de organizações sem fins lucrativos (Coelho, 2015).

Percebem-se diferenças nítidas na contabilidade aplicada ao terceiro setor, comparada ao segundo setor. Como o termo “lucro” e “prejuízo”, que são inexistentes nas organizações, visto que não possuem fins lucrativos. Os termos são alterados para “*superávit*” ou “*déficit*”, respectivamente, saldo positivo e negativo, onde a mesma deve aplica-lo integralmente na sustentação e no aprimoramento de suas finalidades sociais quando positivo (Manual de procedimentos para o terceiro setor, 2015).

Conforme a resolução CFC nº 1.409/2012 os relatórios contábeis que devem ser preparados pela entidade sem finalidade lucrativa compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme estabelecido na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando cabível (CFC, 2012).

Assim como as organizações pertencentes aos demais setores devem atender às exigências legais e apresentar seus desempenhos ao término de cada exercício, as entidades do terceiro setor igualmente necessitam cumprir suas devidas obrigações (De Albuquerque, 2006), pois seus ideais humanizados e filantrópicos não anulam suas responsabilidades técnicas, contábeis e fiscais perante a sociedade, município, Estado e Governo, de serem transparentes e apropriadas conforme lhes são impostos legalmente (Dall’Agnol *et al.*, 2017).

2.3 ACCOUNTABILITY E CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR

Accountability é um termo da língua inglesa, em que não há uma tradução específica ao português, mas que entende-se como o ato de prestação de contas de forma responsável (Carneiro, 2011), tem-se como a transparência de informações, e na realidade do Terceiro Setor, tem-se como garantia de que os valores aplicados estão sendo destinados e gerados conforme promessas e missões das organizações.

Para as instituições do Terceiro Setor, a *accountability* é uma premissa básica que as organizações precisam cumprir quando buscam a credibilidade face à sociedade (Milani Filho, 2004), uma vez que é em virtude da *accountability* que os relacionados têm acesso ao “interior” da organização (Jorge *et al.*, 2023).

A captação de recursos é um processo contínuo, claro e transparente que presencia o doador e o receptor em um relacionamento que exige confiança e transparência onde há condições e requisitos formais que, de forma recíproca de segurança, aportam recursos a uma causa ou missão (Kother, 2007).

Na prática, as instituições do Terceiro Setor dependem de contribuições voluntárias para custear suas despesas operacionais, bem como para viabilizar seus programas e iniciativas (OAB, 2021), sendo primordialmente financiadas por doações, patrocínios, parcerias, recursos públicos e impostos. Não obstante, nota-se necessário o envolvimento público nos recursos, visto que os custos presentes em instituições filantrópicas tendem a ser altos e também, como é seu foco, o incentivo à humanidade e à cidadania, por isso a captação de recursos (Da Silva, 2012).

O processo de captação inicia-se com o captador (Instituição) que precisa transmitir credibilidade suficiente, para que o doador sinta-se seguro para consumir a doação (Da Silva, 2012). Em concordância, o estímulo para o doador aumentar suas doações vem do vislumbre dos resultados da instituição e do conhecimento da maneira como foram aplicados os recursos (Cruz, 2002).

E para isso, é necessário o desenvolvimento de estratégias, como a *accountability*, já que o doador terá fundamento para saber onde está seu recurso financeiro, de que forma está sendo aplicado, e o retorno que está sendo gerado. Uma vez que “Ninguém compra serviços, produtos ou ‘causas’, se não acreditar neles” (Kother, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O presente artigo caracteriza-se como descritivo, pois preocupa-se em analisar, registrar, classificar e interpretar dados recolhidos por meio da pesquisa, sem interferência do pesquisador (Andrade, 2002). Isso posto, o artigo busca compreender a *accountability* como ferramenta na captação de recursos em organizações do terceiro setor.

Referente a seus procedimentos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores de duas instituições do terceiro setor, juntamente com dois doadores fixos de tais, classificando-se como estudo multicase, porquanto o estudo não se limita a uma organização, possuindo assim mais abrangência nos resultados (Yin, 2001).

Por fim, quanto a análise dos dados, é qualitativa. Uma vez que a pesquisa qualitativa se obtém pelo desenvolvimento de conceitos, partindo dos dados coletados e de suas interpretações perante o problema abordado (Soares, 2019). Logo, houveram informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, que posteriormente serão transcritas, analisadas e interpretadas.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O estudo de caso desta investigação envolve duas instituições sem fins lucrativos e dois doadores (um doador de cada instituição investigada). Portanto, realizou-se contato inicial com as instituições, por critérios de acessibilidade, que posteriormente indicaram um de seus doadores para participar da entrevista. Após a indicação dos doadores, realizou-se contato inicial por meio de aplicativo de mensagens instantâneas no intuito de convidá-los a participar da pesquisa e, em caso afirmativo, agendar as entrevistas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas inicialmente nas instituições e posteriormente junto aos doadores. As entrevistas foram realizadas virtualmente de maneira síncrona por meio de videochamadas com auxílio da ferramenta *Google Meet*. As entrevistas foram gravadas com prévia autorização dos entrevistados e posteriormente transcritas com o auxílio da ferramenta *Microsoft Word*. Os dados transcritos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1995).

Quadro 01 – Perfil dos entrevistados

Código	Participante	Idade	Gênero	Cargo ocupado
E11	Instituição 1	62 anos	Feminino	Coordenadora
D1	Doador 1	67 anos	Masculino	-
E12	Instituição 2	59 anos	Feminino	Diretora Executiva
D2	Doador 2	41 anos	Masculino	-

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A participante E11, de 62 anos, do gênero feminino, atua como coordenadora em uma instituição filantrópica. Sua experiência na gestão operacional e administrativa oferece uma visão prática sobre as práticas de transparência e prestação de contas no cotidiano institucional. A participante E12, de 59 anos, também do gênero feminino, ocupa o cargo de diretora executiva em outra instituição. Sua posição estratégica permite compreender como os mecanismos de *accountability* são implementados e comunicados aos *stakeholders*, em especial aos doadores.

Do lado dos doadores, o participante D1, do gênero masculino e com 67 anos, é um doador que mantém relacionamento de longo prazo com a instituição analisada, fornecendo percepções relevantes sobre confiança, transparência e credibilidade organizacional. Já o participante D2, de 41 anos, também do gênero masculino, representa um perfil de doador mais jovem, cuja visão contribui para identificar possíveis diferenças geracionais na forma de avaliar a *accountability* das instituições.

O quadro 2 a seguir apresenta os construtos da pesquisa, com sua conceituação que orientou a elaboração do roteiro de entrevistas, definição constitutiva e operacional da pesquisa.

Quadro 02 – Construtos da pesquisa

Construto	Definição Constitutiva	Definição Operacional
<i>Accountability</i>	Refere-se ao dever de prestar contas, de forma transparente e ética, às partes interessadas sobre a gestão dos recursos, o cumprimento da missão institucional e os resultados alcançados. Implica responsabilidade, transparência, integridade e resposta às demandas da sociedade.	Medida a partir de indicadores relacionados à prestação de contas (relatórios financeiros e de atividades), transparência das informações divulgadas, participação de <i>stakeholders</i> e existência de mecanismos de controle e governança. Os itens do questionário abordam percepções dos gestores sobre práticas de prestação de contas e transparência institucional.
Captação de Recursos	Conjunto de estratégias, processos e ações adotadas pelas organizações para mobilizar recursos financeiros, humanos e materiais necessários à execução de sua missão social.	Avaliada pela diversidade de fontes de financiamento (doações, parcerias, editais), frequência de captação, estratégias utilizadas e resultados alcançados. Os indicadores observam a percepção dos gestores sobre o aumento da sustentabilidade financeira e o fortalecimento das parcerias institucionais decorrentes da transparência e <i>accountability</i> .

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os construtos teóricos orientaram a operacionalização das análises, permitindo identificar tanto os processos de construção dos elementos investigados quanto as interrelações entre eles, com fundamento nas categorias/derivadas da revisão da literatura.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DAS ORGANIZAÇÕES INVESTIGADAS

Accountability é o fato de ser responsável por suas decisões ou ações e explicá-las quando solicitado (Bernard; Balog, 2025). Ambas as instituições entrevistadas discorrem sobre quão essencial é o *accountability* e a transparência das informações financeiras para o relacionamento das partes envolvidas, de forma primordial, para com os doadores. Tal perspectiva é corroborada pelo E11, ao relatar que:

A melhor maneira de nos darmos bem nessa parte do relacionamento com os nossos parceiros é se mostrar transparente. Nossos projetos, a gente tem que explicar de que forma a gente age, como a gente age, por que eles entram na organização, como nós somos. Nós temos três projetos diferentes, daqui a pouco está entrando outro, nós temos que explicar detalhes, para que as pessoas compreendam o que a gente faz.” De igual modo, a E12 apresenta: “Você não consegue ter um destaque na sociedade daquilo que você faz, você pode trabalhar muito lindo, mas se o seu administrativo financeiro for desorganizado, a instituição não prospera, compreende? Isso é uma condição fundamental e básica para você existir, senão você não subsiste hoje no mercado. Quanto mais transparente você for, mais valor você vai gerar.

A transparência e a prestação de contas não são reconhecidas com sua devida importância pelo Terceiro Setor, uma vez que a exposição dos resultados e demonstrativos contábeis é realizada pela menor parte das organizações sociais (Zittei; Politelo; Scarpin, 2016). O D1 expõe que “O fundamento não tem sido levado muito a sério na minha forma de ver, mas eu julgo que, para fortalecimento da classe, do segmento, do setor, se houvesse muito mais atenção a esse ponto, acredito que seriam melhor visto por, sobretudo, a quem aplica recurso nas entidades, e, com certeza, melhoraria a motivação das pessoas a colocarem mais recurso nesses projetos. São pouquíssimas entidades que têm essa preocupação com a governança, com a prestação de contas à sociedade ou ao mantenedor. Julgo que, para fortalecimento, o setor deveria se organizar melhor nesse sentido, para ter mais credibilidade, inclusive estar prestando conta dos recursos que recebe de forma sistemática, para que a sociedade cada vez mais acredite, pois ainda é um segmento pouco acreditado pela sociedade.”

Em consonância a essa perspectiva, dada a vasta realidade de organizações que compõem o terceiro setor, é necessário que exerçam suas atividades com transparência e prestação de contas por elas desenvolvidas juntamente com a forma como os seus recursos estão sendo utilizados (Zittei; Politelo; Scarpin, 2016). Essa exigência por transparência tem se refletido nas práticas cotidianas das organizações, como evidenciado nas entrevistas realizadas, pois ambas Instituições entrevistadas, relataram que utilizam redes sociais como ferramenta de prestação de contas, divulgando suas fontes de recursos, resultados, ações realizadas e a aplicação de tais recursos, com o objetivo de manter a confiança dos doadores e da comunidade. Conforme cita a E11, “reunião, sites, redes sociais” são mecanismos explorados para promover a *accountability*.

O D1 aborda que a participação em reuniões e eventos promovidos pela Instituição o deixa seguro em relação aos seus recursos aplicados em tal. D1 também afirma que “é gratificante, porque esse é um dos raros momentos em que a entidade presta conta, geralmente, em um evento assim. E aí a gente fica satisfeito de saber para onde foi o recurso, se foi bem aplicado e tal, e tem a oportunidade, inclusive, de contribuir com sugestões, com críticas. Eu conheço várias entidades que têm isso como prática muito forte da prestação de contas, e elas são as que mais recebem recursos da sociedade, justamente porque a sociedade vê as coisas acontecendo”. De igual modo, o D2 expõe que as ferramentas para promover a transparência geram informações muito importantes “porque só a partir da prestação de contas é que a empresa tem a ideia de quanto a ação está realmente atingindo as pessoas, principalmente os jovens, crianças e jovens, e a partir desse retorno é que se resolvem fazer novas ações”.

Estudos empíricos indicam que a transparência na prestação de contas e a divulgação de informações pelas entidades do Terceiro Setor exercem influência direta na decisão da sociedade em financiá-las (Cunha & Matias-Pereira, 2012; Loureiro, Avelar, 2021). D2 corrobora esta perspectiva ao afirmar que “eu penso que a transparência é o pilar para todas as interações que a gente tem. Então, a partir do momento em que se tem transparência no que foi feito, como foi feito e por que foi feito, a gente consegue medir e ter uma confiança de que no futuro, as coisas acontecerão como aconteceram naquele momento. E aí, permanecer na parceria.”

Diante disso, a fim de atender à transparência em busca de credibilidade para com a sociedade, as Instituições utilizam de seus meios para promover-las. A transparência é um dos pilares da *accountability*, baseada no princípio de que as instituições devem assumir e comunicar suas decisões, incluindo seus erros, permitindo assim, a crítica social (Koppell, 2005). Consentindo aos autores, D2 aborda que os instrumentos para prestação de contas em que considera mais importantes são os “relatórios financeiros e relatórios técnicos do que está sendo desenvolvido dentro da instituição”, assim como D1 enfatiza sobre o conhecimento das origens e aplicações dos recursos: “A fonte e para onde ele foi utilizado, se foi para construir uma escola, se foi para construir uma sala de aula de informática, se foi para aplicar numa viagem de visita técnica, ou para comprar cesta. Se tivesse esse detalhamento, com certeza seria bem positivo e estimularia mais o mantenedor a contribuir, porque estaria vendo o resultado da aplicação, da doação, do investimento.”

Por outro lado, pesquisas destacam a importância da transparência nas demonstrações contábeis e da responsabilidade social perante a sociedade, considerando que essas práticas exercem influência direta sobre o volume de doações recebidas (Gandía, 2011; Loureiro, Avelar, 2021). Mas, apesar da importância para a captação de recursos, a instituição sem fins lucrativos entrevistada, EI2, enfrenta barreiras para a evolução das práticas de *accountability*, como a diretora executiva relatou: “As pessoas ainda olham para uma organização social como uma instituição apenas de caridade pura. ‘Ah, ajuda a pobre. Ajuda a criança. Ah, mas...’ E o terceiro setor no Brasil, para subsistir hoje, você tem que se profissionalizar e você tem que ser competitivo. Então, a minha luta hoje, é fazer com que a sociedade, os novos profissionais, os novos empresários, gestores, administradores e CEOs, entendam que tanto para a empresa, quanto para o setor público, hoje, parceria com o terceiro setor é algo estratégico e não ‘algo que eu vou fazer se der’. Porque nós queremos ser reconhecidos, é a minha luta para ser reconhecido como um setor

produtivo e não um setor caritativo. Por quê? Porque a sociedade ainda tem preconceito.”

Portanto, é necessário que o olhar da sociedade seja transformado, a fim de compreender que sim, instituições sem fins lucrativos, beneficentes e filantrópicas têm como missão o atendimento às necessidades sociais e na promoção do bem-estar coletivo, mas também agregam produtividade e movem a economia da região, estado e país. É de suma importância que o setor privado, presentes gestores, empresários e administradores, reconheçam que o relacionamento com o terceiro setor, não deve se tratar de eventuais ações e doações à caridade, mas sim, uma prática essencial para o desenvolvimento social e econômico.

4.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS DAS INSTITUIÇÕES INVESTIGADAS

A principal razão para a captação e mobilização de recursos é assegurar a realização de um projeto e, a longo prazo, fortalecer uma comunidade organizada, garantindo sua continuidade e eficiência. Essa prática compõe o conjunto de ações essenciais para desenvolver e penhorar a sustentabilidade do projeto (Tenório *et al.* 2008). A captação de recursos é uma estratégia fundamental para a existência e longevidade de Instituições sem fins lucrativos. A EI1 apresentou suas principais fontes de recursos, sendo elas “convênios com as prefeituras, nós temos captação do FIA, com empresários, e nós temos captação com deputados, com emendas parlamentares”, enquanto a EI2 utiliza-se também de prestação de serviços de consultorias, doações e em eventos.

Uma das estratégias empregadas pela EI1 para a desenvoltura nos resultados é uma profissional dedicada à captação de recursos na Instituição, em que busca relacionamento com empresários, em que se deve contar com sua capacitação para instituir o melhor plano de captação (Dimenstein, 2005). Em contrapartida, EI2 relata sua dificuldade na contratação de tal captadora, “a estrutura para ter o profissional nós temos, só não temos o profissional hoje”.

Accountability e captação de recursos estão diretamente ligadas, pois a aplicação dos recursos de forma transparente e o ato de prestar contas de tais recursos recebidos pelas instituições, são imprescindíveis perante a sociedade (Tondolo, 2014). A EI2 expõe de forma convicta que “a prestação de contas é uma condição fundamental para você continuar vivo, senão, morre ali. As pessoas acham que trabalhar em ONG é tudo ‘paz e amor’. Não é não, é muita responsabilidade. Eu não posso dizer que eu vou comprar caneta e daí eu compro lápis. Não existe isso”. EI1 expõe a realidade de visitas de empresários, prefeitos e funcionários de Bancos, para acompanhar os resultados obtidos mediante suas respectivas doações: “eles estão nos acompanhando, que as doações são investidas totalmente para as crianças, né? O fim é o mesmo, são as crianças.”

Ambas entrevistadas argumentaram de forma afirmativa sobre a relação entre a boa reputação da Instituição com a transparência desenvolvida. Na fala, EI1 aborda que é de suma importância saber quem está por trás de uma instituição e também sua reputação, pois isso impacta diretamente a Instituição. E EI2 afirma que “a reputação trouxe oportunidade, trouxe parceiros, inclusive parceiro nacional”.

Em soma às evidenciações das Instituições, D1 expõe que realizou ajustes nos valores de doações com base na qualidade da prestação de contas exercidas por respectiva organização. No entanto, o mesmo recomendou instituições à terceiros devido sua reputação na transparência cumprida, abordando que “na medida que eu

vou me relacionando com entidades que têm um nível de governança, de transparência, organização e aplicação, sim, eu acabo comentando com outras pessoas, outras entidades, e isso contribui, de certa forma, para que essas entidades também se aproximem. Não se fala só das pessoas que fazem mau uso, mas daqueles que fazem bem também, fazem bem feito, a gente fala para o nosso *network*, para que também essas pessoas sejam valorizadas, essas entidades que agem dessa forma e, conseqüentemente, acabam gerando algum benefício”. De forma síncrona, D2 discorre sobre a prestação de contas para a fidelização, relatando que “é uma informação muito importante, porque só a partir da prestação de contas é que a empresa tem a ideia do quanto a ação está realmente atingindo as pessoas, principalmente crianças e jovens, e a partir desse retorno é que se resolvem fazer novas ações”.

Em contrapartida, as Instituições e doadores encaram barreiras que dificultam a evolução da captação de recursos (Teixeira, 2004). A E11 informou que a falta de conhecimento da equipe pode atrapalhar a captação, “eu vejo que a captação não pode ficar só com uma pessoa. Na realidade, a equipe trabalha junto, e quando a equipe descobre que todos eles podem captar, isso se torna um grupo forte. Por quê? Todos nós temos que ter a mesma informação, todos nós temos que passar a mesma informação para que chegue no público final, que são aqueles que precisam nos enxergar. Eu não concordo em dizer assim ‘só tem que ter um captador’, não, na realidade, quando a gente tem informação e consegue levar adiante, eu posso ir lá captar, mas outras pessoas já levaram informações de nossa empresa, outras pessoas já deram um nome”. Enquanto E12 abordou novamente quanto a ausência de captadores profissionais, “a gente não tem mão de obra qualificada mesmo. Uma pessoa com cultura de trabalhar pela causa. Acho que o pior de tudo é que nós não temos mão de obra qualificada”.

De forma semelhante, o D1 apresentou que a escassez de profissionais com um conhecimento acadêmico, que estejam à frente no relacionamento com o mundo empresarial pode prejudicar organizações sem fins lucrativos. Ao mesmo que D2 expõe que a ausência de transparência nas instituições as quais o mesmo não mantém relacionamento as prejudicam, como disse “eu diria assim a falta de transparência, ou a falta conhecimento do propósito, o que ela faz e como ela faz, isso afeta bastante.”

Ao ser questionado, D2 expressou sugestões para aprimorar as práticas de prestação de contas das instituições que apoia, sugerindo “implantar realmente o mínimo de governança nessas entidades, seja realmente uma contabilidade organizada, um sistema financeiro organizado também, de preferência um sistematizado com sistema operacional, implantação de relatórios mensais, de prestação de conta com a origem, aplicação de recursos, reuniões sistemáticas, convidar os mantenedores para estar visitando as entidades, para estar interagindo, fornecer aos mantenedores, independente se eles pedirão, um *paper* contando um pouco do trimestre, talvez, do semestre, quem sabe até do ano. No mínimo, precisa ter uma gestão organizada com alguns controles internos bem definidos, que permita com que ela possa fazer uma gestão bem organizada, transparente, segura. E hoje, lamentavelmente, são pouquíssimas as entidades que têm esse nível de organização. Por quê? Porque elas não têm recursos para bancar um profissional, um *controller*, um contador, um gestor, para poder cuidar disso, e esse perfil de profissional, já formado, dificilmente se voluntaria para poder fazer esse tipo de trabalho nas entidades. Então, acabam elas realmente levando do jeito que podem”. Cabe destacar

que D2 também frisou que “pessoas que tenham conhecimento e que conseguem fazer essas prestações de contas de uma forma mais clara e objetiva” aprimoraria a *accountability* nas Instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou o papel da *accountability* como instrumento de captação de recursos para organizações do terceiro setor. O estudo foi elaborado mediante entrevistas semiestruturadas para com os envolvidos, utilizando-se do aplicativo *Google Meet*, para identificar as práticas utilizadas por duas instituições beneficentes para demonstrar transparência das demonstrações contábeis, analisar a percepção de gestores e doadores sobre a interface entre *accountability* e a captação de recursos financeiros em instituições beneficentes, e avaliar a convergência entre *accountability* e a confiança de investidores e doadores das organizações investigadas.

Determinou-se, portanto, que a utilização de redes sociais como meio estratégico para a *accountability* é amplamente utilizado, assim como é um método de fácil acesso aos doadores, e também para doadores em potencial. Participação em eventos e encontros focados na prestação de conta e *networking*, imprimem intimidade para os ligados, fazendo com que os doadores sintam e saibam que estão fazendo parte das obras da instituição, os fidelizando e ampliando a rede de apoio da instituição.

Juntamente, é de claro entendimento que a *accountability*, em ambas visões, quanto mais efetivo nas instituições sem fins lucrativos, mais credibilidade é transmitida à sociedade. Contudo, o estudo também apresentou obstáculos em que as instituições sem fins lucrativos vivenciam, como a carência de profissionais capacitados para a captação de recursos, e o presente preconceito social que constantemente associa as instituições como caridade informal apenas, não tendo uma visão econômica e o reconhecimento da produtividade do terceiro setor. Assim como para os doadores, a ausência propriamente da *accountability* é um impedimento para que haja um relacionamento entre as partes, e principalmente, que capitaneie recursos a tais.

Dessa forma então, conclui-se que o uso da *accountability* como estratégia para a captação de recursos em instituições sem fins lucrativos é benéfico. Acarretando em si, maior credibilidade e respeito provenientes da sociedade. Ao transparecer seus recursos, aplicações e resultados, as instituições do terceiro setor ampliam sua captação e mobilização social, fortalecendo assim, seus objetivos.

A partir do estudo, reconhece-se como limitação o número reduzido de instituições e doadores analisados. Ainda assim, a abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada da *accountability* enquanto estratégia de captação de recursos. Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o número de participantes entrevistados, de modo a proporcionar uma visão mais abrangente sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ana Paula. ASSESSORIA DE IMPRESSA E TERCEIRO SETOR: Um improvável encontro. **Revista Ciências Humanas**, 2010. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/238/144>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em: 06 mai. 2025.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade **NBC TE 10.19**: Entidades sem Finalidade de Lucros. Brasília, 2010. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Entidadessemfinalidadedelucro.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012**. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista. Diário Oficial da União, Brasília, 21 set. 2012. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1409.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de organizações da sociedade civil de interesse público e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BERNARD, Nolwenn; BALOG, Krisztian. *A systematic review of fairness, accountability, transparency, and ethics in information retrieval*. **ACM Computing Surveys**, v. 57, n. 6, p. 1-29, 2025. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/3637211>. Acesso em: 19 out. 2025.
- CARDOSO, Tiago. Terceiro setor e imunidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 25, p. 9-18, 2010. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5454853>. Acesso em: 22 abr. 2025
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. *Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade*. **Sociedade, contabilidade e gestão**, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/view/1206/1142>. Acesso em: 26 abr. 2025.
- COELHO, José Martonio Alves. **ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS**. Brasília: CFC, 2015. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000(R1).pdf). Acesso em: 26 abr. 2025.
- DA CRUZ CUNHA, José Humberto; MATIAS-PEREIRA, José. Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. **Revista**

Contemporânea de Contabilidade, v. 9, 2012. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/762/76224786005.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025

CRUZ, Célia. Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos. **REVISTA FILANTROPIA** – São Paulo, julho/agosto de 2002. Acesso em: 01 mai. 2025.

DA SILVA, Elton Praxedes Carvalho *et al.* **Captação de recursos para a gestão do terceiro setor, um grande desafio**. Editora, local, 2012. Disponível em:
<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/2316610.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2025.

DA SILVA BRITO, Thamires; PEREZ, Olívia Cristina. *Accountability* nas organizações do terceiro setor. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 4, 2014. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/download/22422/16426/0>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DE ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. Summus Editorial, 2006. E-book.

DE ALMEIDA BIZARRIA, Fabiana Pinto *et al.* Racionalidade, Terceiro Setor o debate da Corrupção em “quanto vale ou é por quilo?”. **Pensamento & Realidade**, v. 32, n. 4, p. 3-25, 2017. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/32154/24800>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DE JESUS SOARES, Simaria. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/download/314/348>. Acesso em: 06 mai. 2025.

DALL’AGNOL, Camila Fortuna *et al.* Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 2, 2017. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/1170/117051921011.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DIMENSTEIN, Gilberto. Captação de recursos para ONGs depende de planejamento e dedicação. **Folha Online,[si]**, 2005.

DOS SANTOS, Adriana Barreto *et al.* Contabilidade no terceiro setor: a relevância do profissional contábil no aperfeiçoamento das organizações vinculadas a área da assistência social. **Caderno Pedagógico**, v. 20, n. 5, p. 1595-1622, 2023. Disponível em:
<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1861/1541>. Acesso em: 22 abr. 2025.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. ONGs no Brasil: Um Estudo sobre suas características e fatores que tem induzido seu crescimento. 2005. (Tese em

Administração) - FGV, Rio de Janeiro. 257 p. Disponível em:
<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/71ec99b5-4dce-48d8-9eca-dabbc2e91f4/content>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FONTANA, Eliane; SCHMIDT, João Pedro. Um conceito forte de terceiro setor à luz da tradição associativa. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em:
<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1605/690>. Acesso em: 22 abr. 2025.

GANDÍA, Juan L. *Internet disclosure by nonprofit organizations: Empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain*. **Nonprofit and voluntary sector quarterly**, v. 40, n. 1, p. 57-78, 2011. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0899764009343782>. Acesso em: 25 out. 2025.

GRAZZIOLI, Airton; CAMPELO, Aldeir de Lima. **MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O TERCEIRO SETOR** - Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social. 1. ed. Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), 2015. Disponível em:
https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Terceiro-Setor.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

JORGE, Fernanda dos Santos; CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. *Accountability no terceiro setor através da aplicação de práticas recomendadas pelos princípios globais de contabilidade gerencial*. **Revista De Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ**, v. 28, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/63300/48619>. Acesso em: 28 abr. 2025.

KOPPELL, J. G. *Pathologies of accountability: ICANN and the challenge of “multiple accountabilities disorder”*. **Public Administration Review**, 65(1), 94-108, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00434.x>. Acesso em: 13 nov. 2025

KOTHER, Maria Cecília Medeiros de Farias. **Captação de recursos: uma opção eticamente adequada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. E-book.

LOUREIRO, C. S.; AVELAR, M. M. *Compliance e a lei estadual nº 7.753/2017*. **Revista Eletrônica OAB/RJ**, Rio de Janeiro, Edição Especial de Infraestrutura. 2021. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/wp-content/uploads/2019/12/2.-Caio-de-Souza-e-Mariana-Avelar.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, Bauru, v. 2, p. 10, 2004.

MARKIONI, Nayara Damasceno *et al.* Contabilidade aplicada ao terceiro setor. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 6, p. 1294-1311, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6059>. Acesso em: 08 dez. 2025.

MCKINSEY; ASHOKA (FELLOWSHIP). **Empreendimentos sociais sustentáveis**: como elaborar planos de negócio para organizações sociais. Editora Peirópolis, 2001. E-book.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **A função controladoria em entidades filantrópicas**: uma contribuição para a avaliação de desempenho. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25062025-154027/en.php>. Acesso em: 28 abr. 2025.

OAB-SP. Comissão de Direito do Terceiro Setor. **Aspectos jurídicos**: captação de recursos para organizações da sociedade civil. São Paulo: OAB-SP, 2021. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/upload/2508338139.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability* na administração pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/314/pdf_162. Acesso em: 22 abr. 2025.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor** – Temas Polêmicos 2, 1. ed. São Paulo, Peirópolis, 2005.

TEIXEIRA, R.F. **Discutindo o terceiro setor sob o enfoque de concepções tradicionais e inovadoras de administração**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://silo.tips/downloadFile/discutindo-o-terceiro-setor-sob-o-enfoque-de-concepoes-tradicionais-e-inovadoras>. Acesso em: 27 out. 2025.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. **Revista de administração pública**, v. 33, n. 5, p. 85 a 102, 1999. Disponível em: <http://periodicos.fgv.br/rap/article/download/7626/6153>. Acesso em: 21 abr. 2025.

TENÓRIO, Fernando G. *et al.* **Gestão comunitária**: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: FVG, 2008. Acesso em: 26 out. 2025. E-book.

TONDOLO, Rosana da Rosa Portella. Desenvolvimento de capital social organizacional em um projeto interorganizacional no terceiro setor. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4794/rosana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; POLITELO, Leandro; SCARPIN, Jorge Eduardo. Nível de evidenciação contábil de organizações do terceiro setor. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 8, n. 2, p. 85–94, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351557804003/351557804003.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2025. Acesso em: 19 out. 2025



APÊNDICE

APÊNDICE A

Questionário – *Accountability* em Organizações do Terceiro Setor

Este questionário tem como objetivo compreender as práticas de *accountability* em organizações filantrópicas do Terceiro Setor que atendem crianças e adolescentes. As respostas devem ser dissertativas e descritivas, com o maior nível de detalhamento possível.

I. Perfil do Respondente

1. Nome completo (opcional):
2. Qual seu gênero?
 Feminino
 Masculino
 Outros
 Prefiro não responder
3. Qual sua idade?
 Entre 18 a 28 anos
 Entre 29 a 38
 Entre 39 a 48
 Entre 49 a 58
 Entre 59 a 68
 Entre 69 a 78
4. Qual sua função atual na organização?
5. Qual é a principal motivação que o levou a ingressar nesta instituição?
6. Há quanto tempo você atua nesta organização?
7. Comente sua trajetória profissional.
8. Qual sua formação acadêmica e de que forma ela contribui para sua atuação na organização?
9. Como é sua participação nas decisões estratégicas da organização? Comente seu grau de envolvimento e responsabilidades.

II. Perfil da Organização

10. Quando a organização foi fundada e com qual objetivo?
11. Quantos colaboradores a organização possui atualmente e como está estruturada a equipe?
12. Quais são as áreas de atuação da organização?
13. Quem é o público atendido pela organização e de que forma esse atendimento é realizado?
14. A organização possui certificações, prêmios ou reconhecimentos públicos? Comente quais e como foram obtidos.
15. Como a contabilidade da organização é realizada? Há equipe interna ou terceirizada?
16. Com que frequência a organização realiza prestações de contas internamente? Descreva como esse processo acontece.
17. Com que frequência a organização realiza prestações de contas à sociedade? Descreva como esse processo acontece.
18. Quantos doadores fixos a instituição possui? Pessoas físicas e jurídicas.
19. A instituição possui captação de recursos mediante editais (públicos e privados)?
20. Qual a proporção de recursos financeiros mensal obtidos pela Instituição?

III. *Accountability* na Organização

21. A organização adota práticas formais de prestação de contas? Descreva essas práticas e como são realizadas.
22. Quais diretrizes formais (políticas internas, códigos de conduta, manuais) orientam a prestação de contas na instituição?
23. Quais instrumentos ou mecanismos a organização utiliza para promover *accountability*? Dê exemplos.
24. Para quais públicos a organização direciona seus esforços de prestação de contas? Explique como e por que.
25. Como você avalia o nível de transparência da sua organização? Poderia dar exemplos?
26. De que forma a transparência e a prestação de contas impactam na relação com os doadores ou parceiros?
27. Como a organização garante que as informações divulgadas sejam compreensíveis para públicos não especializados (famílias, comunidade local)?

28. Você acredita que melhorar a *accountability* pode ampliar o acesso a recursos?
29. Que barreiras internas (culturais, tecnológicas, de recursos) ainda dificultam a evolução das práticas de *accountability*?

IV. Captação de Recursos

30. Quais são as principais fontes de recursos da sua organização? Comente como esses recursos são captados.
31. Existe alguma estrutura ou profissional dedicado à captação de recursos na organização? Descreva como funciona.
32. Em sua experiência, de que forma a prestação de contas tem contribuído para a captação de recursos? Dê exemplos.
33. Sua organização já perdeu oportunidades de captar recursos por não atender critérios de prestação de contas? Relate se houver.
34. Os doadores exigem relatórios ou documentos formais como condição para doações? Descreva essas exigências.
35. A reputação da organização em termos de imagem e transparência já trouxe novas oportunidades de financiamento e/ou captação? Comente com exemplos.
37. Que barreiras internas (culturais, tecnológicas, de recursos) ainda dificultam a evolução das captações de recursos?
37. Quais benefícios concretos sua organização já obteve com práticas de prestação de contas? Poderia dar exemplos?
38. Existe procedimento padronizado para lidar com conflitos de interesse, fraudes ou desvios de conduta? Explique fluxos de investigação e sanções



APÊNDICE B

APÊNDICE B

Questionário – Percepção da *Accountability* entre Doadores Fixos no Terceiro Setor

Este questionário tem como objetivo compreender como a prestação de contas e a transparência das organizações do Terceiro Setor influenciam as decisões de doadores fixos. As respostas devem ser dissertativas e descritivas, com o maior nível de detalhamento possível.

I. Perfil do Respondente

1. Nome completo (opcional):

2. Qual seu gênero?

Feminino

Masculino

Outro

Prefiro não responder

3. Qual sua faixa etária?

18 – 28 anos

29 – 38 anos

39 – 48 anos

49 – 58 anos

59 – 68 anos

69 – 78 anos

4. Qual sua formação acadêmica e/ou profissional? Como ela contribui para sua visão sobre as organizações que apoia?

5. Desde quando você é doador(a) fixo(a) de instituições do Terceiro Setor?

6. Quantas instituições você apoia regularmente e por que escolheu cada uma?

7. O que motivou você a se tornar um(a) doador(a) fixo(a)? Descreva as razões pessoais e/ou profissionais.

8. Quais critérios você considera ao escolher apoiar financeiramente uma organização?

II. Relacionamento com a Instituição

9. Como conheceu as Instituições?

10. De que forma a organização mantém contato com você? (e-mail, relatórios impressos, redes sociais, reuniões, eventos)

11. Com que frequência você recebe informações sobre atividades, resultados e finanças da instituição?

12. Qual o nível de detalhamento das informações que você considera adequado e por quê?

13. Com que frequência você busca relatórios de prestação de contas das Instituições?

14. Você já participou de eventos, visitas ou reuniões promovidas pela instituição? Se sim, descreva sua experiência.

15. Quando surge uma dúvida ou solicitação de dados, como a instituição responde? Há agilidade, clareza e cordialidade?

III. Percepção sobre *Accountability* e Transparência

16. Em que medida os relatórios de prestação de contas influenciam sua confiança e sua decisão de manter as doações?

17. Quais instrumentos de prestação de contas você considera mais importantes? Exemplifique (relatórios financeiros, relatórios de auditoria, etc.).

18. As informações divulgadas são apresentadas de forma compreensível para você? Dê exemplos de comunicação clara ou confusa.

19. De que maneira a transparência fortalece sua confiança na organização?

20. Se as informações forem insuficientes ou pouco claras, como isso impactaria suas doações futuras?

21. Você atribui mais credibilidade a instituições com certificações, prêmios ou reconhecimentos públicos? Explique por quê.

IV. Impacto da *Accountability* na Captação de Recursos

22. Você já ajustou o valor ou a frequência de suas doações com base na qualidade da prestação de contas? Conte sua experiência.

23. Você já recomendou a instituição a terceiros em função da sua reputação de transparência? Descreva o contexto.

24. Quais barreiras de comunicação ou práticas pouco claras você percebe nas organizações que podem as prejudicar?
25. Que sugestões você daria para aprimorar as práticas de prestação de contas das instituições que apoia?
26. Na sua opinião, organizações que oferecem acesso fácil à prestação de contas — por exemplo, por meio de redes sociais ou sites — têm mais chances de atrair recursos? Justifique sua resposta.